

## Travessia ideológica\*

O discurso de Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa pode ser caracterizado como ideológico através de elementos de vários discursos nele contidos, além de sua estrutura proverbial e mítica.

Para a análise do discurso de Riobaldo, é necessário levar em consideração os elementos que o texto nos apresenta. Ou seja, partirmos da realidade dada para podermos aprofundar a análise. Portanto, um primeiro fato se nos apresenta: a divisão do texto em passado e presente. Há, no presente, uma determinada situação que se explicará à medida que o passado for surgindo. O texto, *Grande Sertão: Veredas*, não se faz como um processo, que deverá resultar na conformação de um estado futuro, ainda a ser presentificado, mas, ao contrário, parte dessa situação dada, deste estado «de fato», para, voltando ao passado, explicar como tal situação se verificou. O texto se situa, deste modo, dentro de uma perspectiva histórica, ou seja, no sentido de construir sua história com vista a um fim previsto, já consumado.

O conteúdo manifesto do discurso de Riobaldo, feito em «condição acordada», consciente, apresenta-se, aparentemente, sem ordem nenhuma. Há uma oscilação entre o «antes» e o «depois» que, se a princípio confunde ao analista pela ausência de nexos, leva-o posterior-

---

\* Este trabalho é parte da dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Literatura Brasileira (Faculdade de Letras da UFMG, dez de 1979) com o título: *O sentido e a máscara em Grande Sertão: Veredas*, sob a orientação da Profa. Ruth Silviano Brandão Lopes.

mente a atribuir o desconexo ao modo de ser do narrador. É mais um elemento naturalizador da narrativa, como outros que existem no romance. Na verdade, o recurso é destinado a desviar o leitor do presente do narrador, fazendo-o oscilar entre o passado remoto e o próximo, tentando colocar ordem no caos aparente. Mas a narrativa se orienta para e pelo presente do narrador, além de seguir a cronologia dos fatos. Se isto não se desse teríamos, aí sim, o caos. É o fim último que ordena os fatos e lhes confere importância, tal como notou Antônio Cândido: «O passado, que é toda a massa do que narra, reduz-se deste modo, paradoxalmente, a um apêndice do presente».<sup>1</sup> Segundo Etienne Balibar tal visão histórica, ou seja, reprodução do tempo, pode ser chamada de história ideológica.

«A história, tanto empírica quanto filosófica, se definiu na realidade como história da história, ou como relato da história, e as questões de método de fundamento que ela coloca são as da verdade de um relato, isto é, da veracidade, questão que é, no fundo, de caráter estético, jurídico, religioso. Por aí, ela se acha sempre dependente de certas condições formais segundo as quais um relato pode ser constituído, segundo as quais uma história pode ser contada. O que está dado antes é uma forma de exposição, que é a ordem de um relato no tempo, de um relato «crônica»».<sup>2</sup> (Grifos do autor).

Em seguida, Balibar vai enunciar as categorias deste relato, como as de gênese e morte, as do centramento — o homem faz a história — e as categorias do antes e do depois. Diz o autor:

«Daí, evidentemente, uma escolha possível mas profundamente equivalente entre as explicações genéticas e as explicações teleológicas; nas primeiras é o antes que tem razão, para imitar a ciência da natureza onde a causa é sempre anterior ao efeito, nas segundas é o fim que tem razão, e aqui o modelo ideológico está conservado de maneira direta».<sup>3</sup>

---

1. CÂNDIDO, Antônio. Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa. In: *Vários Escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1977, p. 157.

2. BALIBAR, Etienne. A ciência do «Capital». *Revista Tempo Brasileiro*, Epistemologia, 2. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (30/31): 85-86, jul./dez. 1972.

3. *Idem*, p. 86.

Desta forma, configura-se o discurso de Riobaldo como um relato da história, segundo uma explicação teleológica, conservando-se o modelo ideológico. Riobaldo, como historiador de sua própria vida, procede de maneira ideológica ao reconhecer/desconhecer, ao «selecionar para explicar, de escolher entre os acontecimentos os que são «históricos», os que se inserem na cadeia do relato sucessivo».<sup>4</sup>

Como podemos comprovar pelos trechos de **Grande Sertão: Veredas**, citados nas Notas,<sup>5</sup> o procedimento de Riobaldo reflete esta escolha que faz frente aos acontecimentos do passado. Por conseguinte, pode-se denominar sua história de história ideológica, segundo a terminologia de Balibar. Com uma única diferença: não sendo um relato histórico, no sentido estrito do termo, ou seja, um relato adequado a um real verificável e verificado; ele se aproximaria do mito.

**Grande Sertão: Veredas** tem como base uma realidade física e social bem determinada, ou seja, o sertão mineiro. Ao mesmo tempo, esta realidade será tomada em seu aspecto puramente simbólico, uma vez que não é fotograficamente, a região de traços característicos denominada sertão. Não há, pois, uma equivalência rígida, documental, entre o universo ficcional e a realidade física utilizada por aquele. O universo ficcional, aproximando-se da realidade física e social do sertão e, concomitantemente, afastando-se dela, faz com que o leitor privilegie o afastamento, considerando o sertão apenas enquanto elemento simbólico. Ou seja, atribuindo-se ao universo contido em **Grande Sertão: Veredas** uma existência simbólica, autônoma, há uma desvinculação entre este universo e a realidade do sertão. Portanto, se o universo ficcional é simbólico, se espaço, tempo, formas sociais são também simbólicos, da mesma forma serão simbólicos os perso-

---

4. *Idem*, p. 87.

5. «De tudo não falo. Não tenciono relatar ao senhor minha vida em dobrados passos; servia para que? Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho». (GSV, 166). «Para que referir tudo no narrar, por menos e menor? Aquele encontro nosso se deu sem o razoável comum, sobrefalseado, como do que só em jornal e livro é que se lê». (GSV, 108). «Sei que estou contando errado, pelos altos. Desemendo. Mas não é por disfarçar, não pense. De grave, na lei do comum, disse ao senhor quase tudo. Não crio receio». (GSV, 77). «Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rara importância». (GSV, 78). «E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for de jagunço, mas a matéria vertente». (GEV, 79). «Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença». (GSV, 79). «O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? (GSV, 142).

nagens, suas motivações, suas ações. Personagens e substrato social só serão válidos à medida que transmitirem valores simbólicos, transcendentes, ontológicos. Perde-se, por conseguinte, qualquer motivação material que pudesse vir a revestir os atos de Riobaldo, que passa a ser visto pelo leitor como um ser à procura da perfeição, da ascese, da purificação, que é a maneira como o narrador se representa. Por isto, o leitor é levado a desconhecer estas motivações materiais, e todo conteúdo ideológico que possa transparecer nos atos e, ou, no discurso de Riobaldo. De acordo com Fausto Neto, dá-se o seguinte: <sup>6</sup>

«O privilégio dessa base material constitutiva da ideologia e de suas conseqüentes operações destaca-se no fato de que não há significação ideológica de um discurso que possa ser captada fazendo abstração de sua articulação às condições históricas e políticas de sua existência; e não há por que, longe de «variáveis externas», são constitutivas da significação ideológica».<sup>7</sup>

Esta abstração da base história e política, como mostramos no parágrafo anterior, faz com que o discurso de Riobaldo se aproxime do mito à medida que passa a ser o relato de algo passado «há muito tempo», nos primórdios.<sup>8</sup> A abstração das condições reais de existência traz o universalismo e a atemporalidade.<sup>9</sup> Riobaldo e seu discurso podem ser colocados em qualquer espaço e em qualquer época. É também mítico na medida em que o...

«... comportamento do jagunço aparece como um modo de existência, como forma de ser no mundo, encharcando a realidade social de preocupações metafísicas».<sup>10</sup>

---

6. LIMA, Luís Costa. As projeções do ideológico. *Cadernos da PUC*, 8 (26): 186, 1975.

7. FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 26.

8. «A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do «princípio».» ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 11.

9. LIMA, Luís Costa. *A perversão do trapezista*. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 33-35.

10. CÂNDIDO, Antônio. *Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In: *Vários Escritos*. op. cit., p. 151.

E é ainda Antônio Cândido que comprova o que vimos dizendo, quando afirma ser o universo ficcional um «... mundo separado do resto do mundo», cuja ética seria também «à parte».<sup>11</sup>

Isto quer dizer que, se o sertão é o mundo, não é, na verdade, o sertão mineiro ou brasileiro, mas um sertão do qual foram abstraídas as «condições históricas e políticas de existência». Poder-se-ia objetar, neste caso, ser o homem o importante, e não a terra. No entanto, se abstrairmos o homem deste mesmo substrato social, restará uma idéia de homem, um ser metafísico, com o qual haverá uma preocupação ontológica e transcendental, mas não o homem regido pelas condições materiais de existência. Tanto o homem quanto seu «locus vivendi» são projetados num espaço e tempo ideais, habitado por um homem também ideal.

Dai podermos aproximar o sertão, tal qual é representado em **Grande Sertão: Veredas**, da Metrópolis do Superman, uma cidade onde qualquer pessoa reconhece a «sua» cidade. Do mesmo modo, neste espaço ideal se passam ações ideais, desprovidas de conteúdo político, destinadas a corrigir o mal em sua configuração local. Assim, Riobaldo seria o portador de uma consciência «civil», mas não de uma consciência «política».<sup>12</sup> A «consciência civil» de Riobaldo combate apenas o mal local — Hermógenes — sem se voltar para a reforma das instituições de que Hermógenes seria o representante. Não há uma «consciência política» como, por exemplo, a de Zé Bebelô, ao menos em sua primeira fase. Riobaldo não é o revolucionário, mas o que deseja manter o «status quo» tão logo chegue ao poder. Não coloca uma opção frontal à ideologia da classe dominante, mas assume integralmente esta ideologia e os valores desta classe.<sup>13</sup> Se no plano

---

11. «Aqui, ocorrem quase apenas jagunços, (...) num mundo separado do resto do mundo, descartadas as cidades e suas leis, de tal forma que, depois de embalados na leitura, só por um esforço de reflexão podemos pensar em termos históricos ou sociológicos...» (grifo nosso). *Idem*, p. 150.

12. «Como outros já disseram, temos, no Superman, um perfeito exemplo de consciência civil completamente cindido de uma consciência política. O civismo do Superman é perfeito, mas atua e configura-se no âmbito de uma pequena comunidade fechada». (Grifo do autor). ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 276.

13. ENRIQUEZ, Eugène. *Imaginário social, recalçamento e repressão na organização*. Rev. Tempo Brasileiro. A história e os discursos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, (36/37): 73-74, jan./jun., 1974.

do vivido Hermógenes representa o mal, no plano do narrado o mal será representado pelo demônio, contra o qual Riobaldo continua a combater, uma vez equipado pelas armas fornecidas pela religião. O demônio será, pois, o mal «abstrato», mas nem por isto menos terrível, responsável pelo desvirtuamento dos homens.

A função ideológica do discurso de Riobaldo se dá na medida em que aceitamos como natural a sua condição jagunça e seu modo de ser. Tanto o leitor quanto os demais personagens lhe emprestam um caráter de verdade e naturalidade enquanto age como se espera que aja. Dá-se a Riobaldo o caráter que queremos que tenha.<sup>14</sup> Desta forma, ao se aceitar o estado atual de Riobaldo — fazendeiro e criador — suprimem-se automaticamente os procedimentos que o levaram a este estado e o mantêm nele. O passado passa a ser visto pela óptica do presente, tanto para o narrador quanto para o leitor, desfigurando-se e minimizando-se o passado, ao mesmo tempo que se valoriza o maximiza o presente.<sup>15</sup> Como já acentuamos anteriormente, narrador e interlocutor e, ou, narrador e leitor tornam-se cúmplices. Pensa-se que o fundamental para a compreensão da obra não seja o contexto — físico, humano e social da obra, as «condições materiais de existência», ou seja, o sertão, mas apenas o contexto simbólico da própria obra, que utiliza um repertório simbólico tradicional, no qual Riobaldo se move e do qual emerge. Este contexto nos encaminhará a um contexto mais amplo, ultrapassando a realidade brasileira, em cuja ideologia da classe dominante o discurso de Riobaldo se situa. Apesar de não estar explícito na obra, este contexto mais amplo está presente nos aparelhos ideológicos de que se serve Riobaldo: a linguagem, como manifestação de um saber, e a religião, sacralizando o poder adquirido.

---

14. «... de fato, Clark Kent personaliza, de modo bastante típico, o leitor médio torturado por complexos e desprezado por seus semelhantes; através de um óbvio processo de identificação, um accountant qualquer de uma cidade norte-americana qualquer, nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes da sua atual personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade». ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. op. cit., p. 248.

15. «Arriscamo-nos a afirmar que o próprio de toda alta estabilidade é conduzir ao esquecimento do presente». (Grifo nosso). LIMA, Luís Costa. *A perversão do trapezista*. op. cit., p. 53.

Dissemos acima que, para a análise do discurso de Riobaldo, seria necessário levar em consideração os dados fornecidos por este mesmo discurso. Partir, portanto, do presente do narrador, como fazendeiro e criador, herdeiro de duas fazendas.<sup>16</sup> Isto representaria a inclusão de Riobaldo num modo de produção<sup>17</sup> característico, capitalista ou pré-capitalista, não só por sagrar «de direito» o que havia conquistado «de fato», pela violência, como também por marcar nitidamente a separação entre o jagunço Riobaldo e o narrador Riobaldo. Ou ainda, entre passado e presente, ou entre «ilegal» e «legal». Os dois estados são, na verdade, um só, ainda que com aspectos diversos. É sintomático que o jagunço Riobaldo, movendo-se segundo leis próprias, aceite, ao receber as propriedades, a mediação oficial da lei, através de seu advogado. Ou seja, a estrutura jurídica consagra o direito de Riobaldo aos meios de produção, já conquistados pela força e pela violência. Como veremos mais abaixo, o próprio discurso de Riobaldo autentica esta apropriação dos meios de produção, transformando-se também numa forma jurídica. Retomando o que dissemos ao princípio sobre o caráter «histórico» do discurso de Riobaldo, vejamos o que acrescenta Balibar:

«O modo de produção funciona totalmente independente de suas origens, e eis porque a idéia de origem não pertence de forma nenhuma à teoria dos modos de produção. Mas por outro lado, é, no entanto, a estrutura jurídica e ideológica do modo de produção capitalista que induz um certo conteúdo de memória para o modo de produção capitalista, e mesmo a possibilidade de uma memória. Ou ainda é esta estrutura jurídica que produz um efeito de memória no interior do modo de produção capitalista. Por conseguinte, esta estrutura jurídica induz ao mesmo tempo um «passado» para o presente do modo de produção capitalista, e

---

16. «... pois aí eu já estava retirado para ser criador, e lavrador de algodão e cana». (GSV, 129). «E era que meu padrinho Selorico Mendes acabara falecido, me abençoando e se honrando, orgulhoso de meus atos; e as duas maiores fazendas êle tinha deixado para mim, em cédula de testamento». (...) «Porquanto, de fato, fui, e tudo recebi em limpo, sem precisão de tocar demandas, por falta de outros mais legítimos herdeiros, e o que também devido dou ao advogado meu que zelou a sucessão — Dr. Meigo de Lima». (GSV, 457).

17. HARNECKER, Marta. Os conceitos elementais do materialismo histórico. s.n.t., p. 163 a 164.

ao mesmo tempo a transformação dos homens em pessoas, isto é, «individuos que fazem a história», em sujeitos, ou em consciências de si.<sup>18</sup>

Riobaldo, através de um aparelho ideológico, o jurídico, vai assegurar sua posição e, da mesma forma, por seu próprio discurso. Já destacamos a semelhança do discurso de Riobaldo com o aparato de um tribunal. Ele é juiz, réu, advogado de defesa e júri. Ele mesmo expõe os fatos, julga e aplica a sentença, amparado como está pela situação que tem no presente, em que narra. Ele abre o inquérito, cujas perguntas devem ser respondidas pelo réu, sem o cotejo com a informação de testemunhas. A principal testemunha, o jagunço Riobaldo, está aliado do processo. Por isto mesmo o narrador se esforça por «queimar» o jagunço, construindo uma nova imagem. Para tanto, vale-se de suas palavras, único testemunho que somos forçados a considerar, e de sua posição proeminente dentro do modo de produção em que se situa. Michel Foucault, em «A Verdade e as Formas Jurídicas», comenta o procedimento como típico do Direito Germânico e do Direito Medieval, baseado na prova (épreuve). Segundo o autor, assim se provava «não a verdade, mas a força, o peso, a importância de quem dizia».<sup>19</sup> Mais adiante, acrescenta ainda:

«A prova é um operador de direito, um permutador da força pelo direito, espécie de «shifter» que permite a passagem da força ao direito. Ela não tem uma função apofântica, não tem a função de designar, manifestar ou fazer aparecer a verdade. (...) Eis em que consiste a prova no velho Direito Feudal».<sup>20</sup>

Se o discurso de Riobaldo tem características que o ligam aos romances de cavalaria da época medieval, esta, sem dúvida, é uma delas. Riobaldo legitima sua posição dentro do modo de produção em que está de duas formas: pela prova que apresenta, seu discurso, provando a sua «verdade», isto é, sua força e autoridade; e pela utilização da estrutura jurídica consuetudinária: o advogado que «zela pela sucessão dos bens».

---

18. BALIBAR, Etienne. A ciência do «Capital». Rev. Tempo Brasileiro, Epistemologia, 2. op. cit., p. 102.

19. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, 16: 45, 1974.

20. Idem, p. 48.



Riobaldo, que na disputa pelo poder se opõe a Diadorim, Hermógenes e Zé Bebelo, ocupa posição socialmente inferior, dada a sua origem, dela só ascendendo por seus próprios meios. Representaria, em termos sertanejos, o «self-made-man». Passa da classe dominada à classe dominante, cujos valores vem a defender. «Pelo nome de seu pai, Joca Ramiro, eu agora matava e morria, se bem». (GSV, 34) Não como os demais jagunços, que Walnice Galvão denomina de «o inútil utilizado».<sup>21</sup> Riobaldo, não sem razão, acentua sua diferença em relação aos demais, já que para si o horizonte é mais amplo, não se esgotando na simples ação, na troca de tiros em nome de um chefe, dos ideais deste chefe. Se sua oposição aos personagens, especialmente a Diadorim, se liga ao conceito de luta de classes, não significa que Riobaldo se proponha como oposição à ideologia da classe dominante. Ao contrário, sua ascensão implica na absorção da ideologia desta classe dominante. Riobaldo, portanto, não quer mudar coisa alguma, não é «revolucionário», mas alguém que, tendo antevisto a oportunidade de subir, e tendo os meios necessários, procura os benefícios do poder. Antônio Cândido, fazendo uma resenha da literatura ligada a Minas Gerais, e que trata do jagunço, conclui que o termo «jagunço» inclui tanto o mandante quanto o mandatário, e que o jaguncismo é típico «nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos».<sup>22</sup>

E toda a ação de Riobaldo é feita para assegurar a ordem e defender os interesses da classe dominante, consubstanciada em Diadorim, ou mesmo em Zé Bebelo, cujos ideais «nacionais» se afinam com os do governo. Zé Bebelo representa a única forma de um poder que transcende o estritamente local e cuja hegemonia seria a diminuição do poder local. Riobaldo assume integralmente os valores desta classe dominante como sendo os seus, voltando-se contra Hermógenes, detentor destes mesmos valores, mas que pretende ser o único dono dos meios de produção. É por isto representado como a encarnação do Mal, que já mostramos ser relativo, partilhado que é pelos chefes ditos «bons» e pelo próprio Riobaldo. Como, na «prova» que Riobaldo apresenta, Hermógenes sai perdedor, significa que com ele estava a «falsidade», enquanto que a «verdade» estava com Riobaldo. Do

---

21. GALVAO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 41-42.

22. CÂNDIDO, Antônio. *Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa*. In: *Vários Escritos*. op. cit., p. 141.

mesmo modo que se afigura desinteressado pelo poder, e mesmo por Hermógenes, tendo entrado na guerra apenas por Diadorim. Comenta ainda Antônio Cândido: «De fato, a sua conduta, inclusive o ingresso no jaguncismo, é determinada por motivos de Diadorim, não os seus próprios».<sup>23</sup>

Entretanto, Diadorim só é o motivo até a morte de Joca Ramiro, quando então o poder passa a ser a motivação principal, apesar de velada, sendo Diadorim apenas o motivo aparente. A «empreita» deixa de ser de Diadorim para ser exclusivamente de Riobaldo. Entre buscar o ouro oferecido por um velho a buscar os «Judas», prefere os segundos: «Minha guerra nem não me dava tempo». (GSV, 393) (grifo nosso). Mais à frente, referindo-se ao Hermógenes, deixa de lado qualquer ideal que possa movê-lo: «E êle, êle mesmo, não era que era o realce meu — ? — eu carecendo de derrubar a dobradura dêle, para remedir minha grandeza façanha!» (GSV, 409).

Portanto, a Ordem a ser preservada não é a de Diadorim, apenas, nem a que reverterá em benefício deste, mas a de Riobaldo.<sup>24</sup>

Sendo um dado apresentado pelo discurso de Riobaldo, o desdobramento do tempo em passado e presente traz uma distinção radical entre esses dois tempos, assim como a desvinculação do narrador de sua «antiga pessoa». Da mesma forma que o passado, segundo um nexu teleológico, orienta-se para o presente, também o jagunço Riobaldo se orienta para o narrador Riobaldo. Ou seja, entre ambos rompe-se a relação de causa e efeito, já que o jagunço é representado segundo a visão do narrador. Não é o antes que determina o depois, mas o contrário. Apesar de o narrador querer separar-se do jagunço, há de se convir que ambos são um só, e que a situação atual deve-se aos atos praticados pelo narrador no passado. Se ele, portanto, se representa sob determinado aspecto no passado — movido por forças sobrenaturais: o demônio, o destino etc... de certa maneira irresponsável por seus atos — representa-se também no presente — voltado para a religião, acomodado, sem nada que recorde a «antiga

---

23. *Idem*, p. 154.

24. «A ideologia dominante em toda sociedade se instaura sobre a premissa da preservação da ordem vigente e dos interesses da classe detentora do poder, ou seja, toda sociedade de classes se organiza em torno dos interesses da classe dominante e evidentemente, através de instâncias e práticas sociais específicas». FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a Ideologia da punição*. op. cit., p. 21.

pessoa». Como, no entanto, ambos são um só, deve-se conceber que não há «dois» Riobaldo, mas um único, manifestando seu modo de ser sob aspectos distintos e complementares. A violência daquele corresponde a religiosidade deste. Enquanto aquele atua, este justifica e fala. Se, como dissemos, o «homo actuandi» foi substituído pelo «homo cogitandi»,<sup>25</sup> não significa a morte de um e o nascimento do outro, visceralmente diverso. Ambos são as duas faces de uma mesma moeda. Aquele, o jagunço, se traduz pela violência e pela repressão, enquanto este se traduz pelo recalçamento. Onde:

#### JAGUNÇO: REPRESSÃO: NARRADOR: RECALCAMENTO

«O que fala na repressão é o discurso da violência imediata e total. Mas, como já observou muito bem G. Bataille, o discurso da violência é um discurso sem voz. A violência não pode ser falada: ela é vivida, ela se expressa, ela trabalha silenciosamente ao nível de empreendimentos sem mediação (sem linguagem) sobre o corpo e o espírito».<sup>26</sup>

Por isto mesmo, não é o jagunço quem fala, mas o narrador, após abandonar a condição jagunça. Sendo assim, é duplamente representado: ao representar o jagunço como vítima do destino, inconsciente de seus atos, possuído pelo demônio, e ao representar-se como devoto, arrependido de seu passado, do crime de ter amado um suposto homem e de ter-se deixado dominar pelo demônio. Seu discurso, utilizando-se da condensação e do deslocamento,<sup>27</sup> força o leitor a verificar o significado que apresenta, afastando-se do sentido. Oferece-lhe, ao leitor, um repertório simbólico tradicional, fazendo-o desviar-se do sentido ao mesmo tempo que levanta uma imagem de si, uma máscara. Ao afastar de si a imagem do jagunço, justifica-o e, ao mesmo tempo, justifica-se. Tanto é nobre sua atitude, voltando-se

---

25. GARBUGLIO, José Carlos. *O mundo movente de Guimarães Rosa*. São Paulo, Ática, 1972, p. 23.

26. ENRIQUEZ, Eugène. *Imaginário social, recalçamento e repressão na organização*. *Rev. Tempo Brasileiro, A história e os discursos*. op. cit., p. 88.

27. FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. op. cit., p. 35.

para a religião, quanto foi nobre a atitude do jagunço ao tomar sobre si a vingança de Joca Ramiro, sacrificando-se para que a ordem voltasse a reinar no sertão.<sup>28</sup>

A imagem que o leitor faz de Riobaldo é exatamente a que ele quer transmitir: a de um jagunço aposentado, velho, sem forças. Seu discurso será condizente com esta imagem alquebrada. A decrepitude do narrador, sob cuja memória se organiza, corresponderá sua aparente falta de nexos, as idas e vindas, as referências ao interlocutor invisível, como se apegando a um ponto de apoio. Seu discurso é, aparentemente, inofensivo. No entanto, é um discurso de persuasão, um discurso ideológico, que busca «representar a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência».<sup>29</sup> Vimos como ele se utiliza do discurso mítico, religioso, jurídico, todos se tornando instâncias do discurso ideológico. No entanto, pelo próprio fato de ser linguagem, e de ser discurso, já é ideológico. Esta imagem, entretanto, é recusada pelo discurso de Riobaldo, tal como se afigura. Porém, sabemos que:

«toda linguagem é um poder, político e sexual, mas se a classe dominante está pronta a aceitar o segundo aspecto nos limites de seu recalçamento (falar bem é poder seduzir) ela recusa categoricamente o primeiro».<sup>30</sup>

É o que se dá com o discurso de Riobaldo, seduzindo o analista, levando-o a buscar motivações amorosas e sexuais, ou mesmo religiosas, para a sua travessia, deixando de lado o aspecto político. Toda a

---

28. «A repressão não pode nunca confessar-se como tal: ela tem sempre necessidade de ser legitimada para poder se exercer sem encontrar oposição. Eis porque ela usará as bandeiras da manutenção da ordem social, da consciência moral universal, do bem-estar e do progresso de todos os cidadãos. Ela se negará, enquanto repressão, enquanto violência, visto que a violência é sempre a expressão da força nua e não da lei e como fundar uma ordem a não ser sobre uma lei aceita e interiorizada! A relação de força vai então desaparecer enquanto tal, será sempre coberta por uma armadura jurídica e ideológica». (Grifo nosso). ENRIQUEZ, Eugène. Imaginário social, recalçamento e repressão na organização. Rev. Tempo Brasileiro, A história e os discursos. op. cit., p. 88-89.

29. ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa, Martins Fontes, s.d., p. 77.

30. SICHÈRE, Bernard. Sobre a luta ideológica. Rev. Tempo Brasileiro, A história e os discursos, op. cit., p. 100.

travessia de Riobaldo se faz em direção ao poder. Por isto ele, de qualquer modo, como jagunço ou como narrador, se empenha na manutenção dos valores dominantes, da lei e da ordem. Este desejo de ordenação das coisas está presente no discurso de Riobaldo.<sup>31</sup>

Riobaldo quer que tudo esteja em seu lugar, medido, demarcado, estabelecido, organizado. Seu discurso, apesar da aparência desordenada, pretende estabelecer uma ordem, transparente até no preconceito do aforismo: «Pessoa limpa, pensa limpo» (GSV, 113). Segundo Costa Lima, «pelo provérbio, com efeito, é todo um saber comunal que, elipticamente, se precisa e condensa».<sup>32</sup> E a restauração da ordem, a transformação do Caos em Cosmos, virá da eleição de um eixo ordenador do mundo, isto é, o homem. E o homem, no caso, é Riobaldo. Para ele, a ordem deriva da estabilidade social conseguida pelo jagunço e auferida pelo fazendeiro e pelo comerciante em que Riobaldo se transforma.

«... conheci que fazendeiro-mór é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório». (GSV, 312-313).

Por isto mesmo, ao se relacionar com personagens que não são jagunços, Riobaldo ressalta sua condição de proprietário, de filho de proprietário.

---

31. «De sorte que carece de se escolher: ou a gente se tece de viver no safado comum, ou cuida só de religião só». (GSV, 15). «As vezes eu penso: seria o caso de pessoas de fé e posição se reunirem, em algum apropriado lugar, no meio dos gerais, para se viver só em altas rezas, fortíssimas, louvando a Deus e pedindo glória do perdão do mundo. Todos vinham comparecendo, lá se levantava enorme igreja, não havia mais crimes, nem ambição, e todo sofrimento se espriava em Deus, dado logo, até à hora de cada uma morte cantar». (GSV, 47). «Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom e o ruim, ruim, que dum lado esteja o prêto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os pastos bem demarcados...». (GSV, 169). «O que assenta justo é cada um fugir do que bem não se pertence. Parar o bom longe do ruim, o são longe do doente...». (GSV, 294).

32. LIMA, Luís Costa. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. In: A metamorfose do silêncio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974, p. 51.

«E eu não medi meus alforges: fui contando que era filho de **Seô Selorico Mendes**, dono de três possosas fazendas, assistindo na **São Gregório**. E que não tinha em minhas costas crime nenhum, nem estropelias, mas que somente por cálculos de razoável política era que eu vinha conduzindo aqueles jagunços, para Medeiro Vaz, o bom fôro e patente fiel de todos estes Gerais. Aqueles? Diadorim e os outros? Eu era diferente deles». (GSV, 149) (grifo nosso). «Duvidar seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro senhor **Coronel Selorico Mendes**, do **São Gregório?!**» (GSV, 315). (Grifo nosso).

Estes trechos mostram que, quando se trata de auto-valorização, não é o jagunço que sobressai, mas o proprietário, o «sujeito da terra definitivo». Todo o discurso de Riobaldo se orienta para o **definitivo**, enquanto esconde o provisório: o jagunço. Quando diz, ao final, existir «homem humano», é porque, não tendo conseguido separar definitivamente Deus e o Diabo, aceita que coexistam. Mas coexistam dentro do «sujeito definitivo», o Homem. A travessia de Riobaldo se traduz nesta passagem do transitório ao definitivo, do Caos ao Cosmos. Segundo Luiz Costa Lima, isto corresponde a uma justificativa da ordem social, tomando-se o natural (estável) pelo cultural (relativo).<sup>33</sup>

Consuelo Albergaria vê nitidamente esta implantação do Cosmos em **Grande Sertão: Veredas** e a constituição de um centro que identifica como sendo o Rio São Francisco.<sup>34</sup> À mesma visão chegam às análises de Wendel Santos<sup>35</sup> e Benedito Nunes. Por isto cresce o

---

33. «Onde se pode pensar o relativo cultural como o permanente natural, mais fácil se torna justificar certo caráter da ordem social. Mesmo porque assim deixamos de pensar o transitório, o mutável, que são próprios da cultura, em favor do «eterno», que permanecerá enquanto tiver um papel a cumprir». LIMA, Luís Costa. As projeções do ideológico. *Cadernos da PUC*, op. cit., p. 168.

34. «... o rio São Francisco, em **Grande Sertão: Veredas**, exerce a função de um axis-mundi. (...) A criação de um centro operada pela ruptura de homogeneidade de espaço profano sacraliza o espaço: a obtenção de um ponto fixo permite ao homem se orientar dentro do Caos e transformá-lo em Cosmos, fundando assim um mundo novo que aceita como real em sua essência». (Grifo nosso). ALBERGARIA, Consuelo. *Bruxo da linguagem no Grande Sertão*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977, p. 148.

35. «Dito de maneira mais radical: mediante sua força descritiva, Guimarães Rosa transfigura os primeiros dados aglomerados de um Caos (de certo

relacionamento da obra de Guimarães Rosa com a Alquimia, destacada por Benedito Nunes e Consuelo Albergaria. Segundo o primeiro destes autores, caberia ao homem ser o ponto de convergência de duas forças opostas: o mundo espiritual e o mundo material.<sup>36</sup>

Tanto a obra quanto os trechos extraídos destes dois autores confirmam algumas idéias que vimos desenvolvendo. Por exemplo, a existência de um centro, de um eixo ordenador do mundo, as esferas de Deus e do Demônio, a tentativa de separação destes dois planos, a constatação de sua coexistência no homem. Ao homem compete reprimir o que nele há de demoníaco, voltando-se para o divino; suas más ações são inspiradas pelo demônio, podendo ser resgatadas à medida que se volta para Deus; o homem não tem responsabilidade por estes atos, uma vez que foram cometidos por inspiração de força superior. Suplantada sua parte material, valoriza-se sua metade divina, esquecendo-se aquela. O homem, em consequência, desliga-se deste plano material, penetrando no plano espiritual, pelo qual suas ações serão avaliadas. Este é, repetimos, o caminho seguido pelo leitor, que se desliga do plano material — as condições materiais e reais de existência de Riobaldo — e se alça ao plano espiritual: a verificação das forças sobrenaturais, divinas ou diabólicas, que atuam, atuaram, sobre Riobaldo, determinando-o. A Alquimia, que estuda os dois aspectos presentes no homem, vai, naturalmente, valorizar o superior, divino. Como recorda Michel Foucault, remetendo-nos ao que foi dito acima, a Alquimia utiliza, para estipular sua «verdade», a prova, ou seja, «um afrontamento entre duas forças».<sup>37</sup>

---

modo presente em Sagarana) na construção ultimada de um Cosmos.. SANTOS, Wandel. *A construção do romance em Guimarães Rosa*. São Paulo, Ática, 1978, p. 70.

36. «Herdeira da tradição neo-platônica e hermético-mística, a Alquimia, que é também gnose, não se contenta em explicar essa afinidade, mas procura traduzir operativamente as correspondências do interno com o externo, do superior com o inferior, do macrocosmo com o microcosmo...» (...) Os dois mundos separados de Platão, (...) residem no homem, ser microcósmico, que na sua física e anímica abrange o inferior e que está em comunicação com o superior, através de sua parte noética ou espiritual». NUNES, Benedito. *O amor na obra de Guimarães Rosa*. In: *O dorso do tigre*. São Paulo, Perspectiva, 1969, p. 151-152.

37. «Em primeiro lugar a Alquimia. A Alquimia é um saber que tem por modelo a prova. Não se trata de fazer um inquérito para saber o que se passa, para saber a verdade. Trata-se essencialmente de um afrontamento entre

Devemos retomar aqui o conceito de «axis-mundi», que alguns autores dão, em **Grande Sertão: Veredas**, como sendo o rio São Francisco. Pedimos licença para discordar desta posição, tanto pelo que vimos colocando desde o início de nosso trabalho, quanto pelo que foi dito acima, especialmente pelo trecho de Benedito Nunes, citado nas notas. Considerar o rio São Francisco como «axis-mundi» seria pertinente caso este fosse o único curso fluvial revestido de importância, presente no discurso de Riobaldo. Ao lado dele aparece também o Urucuia, com o qual Riobaldo se identifica.

«Rio meu de amor é o Urucuia». (GSV, 58).

«... Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico». (GSV, 59).

«O São Francisco não é turvo sempre?». (GSV, 178).

«Ah, o meu Urucuia, as águas dêle são claras certas». (GSV, 232).

«O meu Urucuia vem, claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes». (GSV, 235).

A seqüência dos trechos mostra a diferença e o inter-relacionamento entre os dois rios: o Urucuia, claro, e o São Francisco, turvo. E a mistura dos dois. Os dois rios são o Bem e o Mal, o claro e o escuro. Os dois rios são Riobaldo, mistura de Bem e Mal. Sendo, pois, dominado pelo Mal, ou seja, o Urucuia se lançando no São Francisco, águas turvas. Agora, como narrador, dedica-se a separar o claro e o turvo, o Bem e o Mal. Não é, pois, o São Francisco que se deve considerar como «axis-mundi», mas Riobaldo, o centro do mundo, da linguagem, do poder. E Riobaldo irá refazer o mundo dentro de uma visão antropocêntrica, logocêntrica, na sua situação de ser constituído como «pessoa», como «sujeito».<sup>38</sup>

O estabelecimento de um centro, com a conseqüente correlação de uma verdade a este centro, clarifica o raciocínio que vimos estendendo. O discurso de Riobaldo caracteriza-se como discurso ideológico

---

duas forças: a do alquimista que procura e a da natureza que esconde seus segredos: da sombra e da luz; do bem e do mal; de Satã e de Deus. (...) A Alquimia constitui essencialmente um corpus de regras jurídicas, de procedimentos». FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC*, op. cit., p. 59-60.

38. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. op. cit., p. 95-104.



à medida que tenta provar uma «verdade», valendo-se não do inquérito, mas da prova, segundo a terminologia de Michel Foucault. Partindo do presente do narrador, volta ao passado para tomá-lo como explicação do presente, que é, no entanto, abstraído enquanto totalidade. O discurso é parcial e apriorístico porque, orientando-se teleologicamente, esconde fatos, apresentando apenas um lado da questão. Ou seja, a problemática espiritual do homem investido em Riobaldo. Assim, abandona qualquer traço do plano material em que vive Riobaldo: tanto as condições materiais de existência do narrador, quanto as do personagem, o jagunço.

Ao fazer isto, sublima as contradições e estabelece uma «verdade» que implica, tal como se dá no texto, uma estabilidade social. Ou seja:

DEMÔNIO: INSTABILIDADE SOCIAL: : DEUS ESTABILIDADE SOCIAL  
DEMÔNIO JAGUNÇO: : DEUS: NARRADOR

Do mesmo modo, a identificação do leitor é feita com o narrador e não com o jagunço, donde se conclui que o leitor aceita, como um ponto comum a ambos, a «verdade» do narrador. O discurso de Riobaldo se aproxima do mito pois, como sabemos, o mito repousa na estabilidade social, sublima as contradições e veicula valores consensuais, ou seja, da comunidade,<sup>39</sup> baseados no senso comum dos membros desta comunidade. Os valores transmitidos pelo discurso de Riobaldo são de ordem, estabilidade, paz, supressão dos instintos, ascese, religiosidade. Em suma, o homem é um ser transcendental, livre de apelos materiais (bens, riqueza) voltado para a divindade, em busca de seu sentido último e mais profundo. Podemos, então, concluir:

JAGUNÇO: DEMÔNIO: REPRESAÇÃO: INSTABILIDADE SOCIAL: :  
NARRADOR: DEUS: RECALCAMENTO: ESTABILIDADE SOCIAL

E ainda:

JAGUNÇO: NÃO-LINGUAGEM: : NARRADOR: DISCURSO  
NARRADOR: LEITOR-ANALISTA: : DISCURSO: SOCIEDADE

---

39. «A estabilidade social que circunda o mito provoca a sua depuração, mantendo na consciência coletiva apenas os relatos que tocam em valores consensuais». LIMA, Luís Costa. *A perversão do trapezista*, op. cit., p. 52.

Segundo Luiz Costa Lima,

«... provérbio e mito se associam. Ambos remetem à oralidade, à narrativa comunitária».<sup>40</sup>

Ambos, também, são responsáveis pela transmissão de um saber comunal. Assim, provérbio e mito têm uma mesma natureza, destinados ambos a transmitir este saber de uma comunidade. Podemos entender por comunidade, desde a mais simples, como a tribo de índios, até a mais complexa, como a sociedade contemporânea, em que vivemos. Como acrescenta o autor, uma comunidade procura, através do mito, «justificar a razão das coisas, como sendo a mais justa ou a menos imperfeita».<sup>41</sup> Se o mito e o provérbio veiculam uma saber comum, conclui-se que este saber se vincula a uma «verdade», aceita como tal pela comunidade que emprega o mito e o provérbio, e lhes empresta seu consenso. Se ambos buscam explicar a razão, a causa, a origem de tudo, considera-se que a justificativa transmitida seja «verdadeira», uma vez que se funda na crença de toda uma comunidade. Diz ainda o autor:

«Claramente, o mito pensa uma situação anterior para realçar a superioridade da situação presente. (...) e é a preocupação em justificar a ordem reinante, principalmente a natural...».<sup>42</sup>

Pode-se observar que o passado explica o presente, mas é determinado por este, uma vez que visa a justificar a ordem «natural» reinante, isto é, o «status quo» atual, presente.

Luiz Costa Lima distingue entre enigma e provérbio, uma vez que o primeiro apresenta uma pergunta e o segundo «apresenta uma resposta que oculta sua pergunta», o que aproxima do mito. Se nos lembrarmos do que se colocou no primeiro capítulo, acerca do narrador, veremos que se chamou a atenção para o travessão que inicia o discurso de Riobaldo, quando então indicamos a ausência de um

---

40. «Pelo provérbio, com efeito, é todo um saber comunal que, elípticamente, se precisa e condensa. (...) ... provérbio e mito se associam. Ambos remetem à oralidade, à narrativa comunitária». LIMA, Luís Costa. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. In: *A metamorfose do silêncio*. op. cit., p. 51.

41. Idem, p. 52.

42. Idem, p. 52.

narrador-autor, cuja tarefa seria a de introduzir a fala do personagem, indicada pelo travessão. Dissemos também que, por isto mesmo, iríamos considerar Riobaldo como o «autor» de seu discurso, além de narrador e personagem. Feita a ressalva, podemos, pois, caracterizar o discurso de Riobaldo como semelhante ao mito e ao provérbio, ou seja, uma resposta a uma pergunta oculta.

O discurso de Riobaldo, portanto, se organiza como uma resposta e, ao mesmo tempo, suprime as perguntas. Tanto as do interlocutor, uma vez que são incorporadas ao discurso de Riobaldo, quanto as do leitor, condicionadas que são pela grande resposta em que se constitui todo o discurso. E este, sendo um provérbio, é também um enigma, já que respondendo, oculta a possibilidade de perguntas que possam conduzir à verdadeira resposta, àquela que se faz necessário encobrir. Mais ainda que um enigma, o discurso de Riobaldo seria uma esfinge às avessas. Ao invés de propor perguntas que ninguém saiba responder, despertando a curiosidade e a argúcia, além da própria necessidade de respostas, estabelece, ao contrário, respostas comuns a todos, adormecendo até mesmo a necessidade de perguntas. Daí a diferença radical entre Riobaldo e Édipo. Enquanto o inquérito ordenado por este o conduz, inexoravelmente, à verdade, o sistema conduzido por aquele, alicerçado na prova, afasta-se voluntariamente da verdade. Se Édipo perde todo o poder e a visão, ao fim de seu inquérito, Riobaldo, que alega não ver durante a travessia, mantém seu poder ao final da prova apresentada.

Costa Lima, analisando a obra de Guimarães Rosa,<sup>43</sup> estabelece, como mencionamos anteriormente, uma relação entre esta e a narrativa comunitária, cujas formas seriam o mito e o provérbio, além do

---

43. «Por narrativa comunitária entendemos aquela em que, embora previsível a autoria individual, cabe à comunidade o papel de preservação, escolha e propagação. (...) Ela pode apresentar duas formas longas, o mito e o conto popular e, pelo menos duas formas condensadas, o provérbio e o enigma. As quatro formas aludidas se relacionam entre si». (...) «Entre provérbio e enigma, de outra parte, as diferenças resultam puramente de seus tipos e não do estado em que se encontram. (...) Temos pois, no enigma uma pergunta que exige resposta, através da descoberta do cruzamento, nele oculto, de dois truísmos, ao passo que o provérbio apresenta uma resposta que oculta a sua pergunta. Este modo de caracterização, por outro lado, corrobora a aproximação do provérbio com o mito, pois, como A. Jolles já notava em 1930, também o mito é uma resposta que comporta uma pergunta, tarefa do mitocrítico». *Idem*, p. 52 e 54.

enigma e o conto popular. Diz Costa Lima que há dois planos na obra de Guimarães Rosa: a vida miúda, caracterizada como o plano do «... corriqueiro, reduzido à condição de variável e contingente» e a vida maior, que:

«... é ocupada pelas grandes perguntas sobre Deus e o demônio, sobre a guerra e o amor, sobre a vida e a morte».

Este segundo plano, a vida maior, é chamado de utópico. Os dois planos seriam unidos pelo provérbio, «nomeador do universal por meio de uma formulação entretanto concreta». O provérbio, unindo os dois planos, o individual e o universal, a matéria e o espírito, manifesta a proeminência do segundo e o recalçamento do primeiro, apenas veículo para a transmissão do segundo. Traduzindo em termos lingüísticos, veríamos aí o significante e o significado. A base material e o conceito, naturalmente abstrato, ligando-se pela barra (S/s). Ou ainda, um reflexo do platonismo, que vê na matéria, no corpo, apenas uma projeção da Idéia, do Logos, devendo o homem alçar-se do «sensível ao inteligível, do corpo à alma, num perene esforço de sublimação...».44 Deve-se, portanto, desprezar o corpo, considerando-o apenas enquanto pode conduzir ao sublime, ao eterno. Como acrescenta Costa Lima, «a criatura só adquire peso quando sua existência se torna palco das grandes interrogações, constitutivas do plano cósmico».45

---

44. Benedito. O amor na obra de Guimarães Rosa. In: *O dorso do tigre*. Op. cit., p. 145.

45. «Clara divisória atravessa a ficção rosiana. Ela separa, utilizando provisoriamente uma terminologia imprecisa, a vida miúda da vida maior. A primeira é formada por acidentes entrecruzados, amálgama de eventos, aglomerado de ocorrências. Neles se misturam cegos, loucos, aleijões e aleijados, angelismo e perversidade, crianças e decrépitos, maldade de homens e feras, o cio, a blague, o amor. Plano do corriqueiro, reduzido à condição de variável e contingente, em si mesmo repregado, incapaz de esclarecimento. (...) O segundo plano, a que chamamos provisoriamente da vida maior, apresenta oposição de perfil. É ocupada pelas grandes perguntas que atravessam a existência dos personagens: perguntas sobre Deus e o demônio, sobre a guerra e o amor, sobre a vida e a morte. Perguntas que se revelam irrespondíveis, enquanto apontam para uma dimensão, a utópica, que se dispõe para ser negada». (...) Dizíamos em sua abertura que a narrativa rosiana apresenta dois planos distintos e nitidamente separados. Não nos basta entretanto descrevê-los. Valerá saber se entre eles alguma coisa se coloca e qual o papel deste elemento intermediário. Pelo que já dissemos sobre o provérbio, a

Seria pertinente lembrar que a função da ideologia é «fazer com que os homens se tornem aptos a preencher os lugares sociais demarcados pelo modo de produção», além de «exercer um poder de classe, sublimando contradições».<sup>46</sup>

A ideologia vai, portanto, fornecer ao homem uma relação imaginária com suas condições reais de existência. Esta relação imaginária é assegurada pelos aparelhos ideológicos, dos quais participa o discurso — a linguagem — e pelos aparelhos repressivos. A ideologia vai também constituir o indivíduo como sujeito, que passa a ser tomado como centro, o lugar da verdade, a consciência de si. A linguagem vai veicular esta verdade, oriunda do sujeito, do centro, da consciência, apoiada no senso comum, na crença comunal, inscrevendo o homem numa relação imaginária com suas condições reais de existência.

O que desenvolvemos acima, parece-nos, caracteriza o discurso de Riobaldo como um discurso mítico, «proverbial», ideológico, uma vez que constitui para o leitor uma relação imaginária com suas condições reais de existência. Constitui um sujeito, Riobaldo, com o qual o leitor se identifica, e que é o centro, o «axis-mundi», do qual a «verdade» emana. Desta forma, o leitor é levado a valorizar, entre os dois planos apresentados, o material e o espiritual, apenas o segundo. Ou seja, deixa de lado a relação real com as condições reais de existência, privilegiando a relação imaginária. Assim, as relações de produção existentes no discurso de Riobaldo, como as existentes para o leitor, deixam de existir, uma vez que pertencem ao plano material. E o leitor, como Riobaldo, deve fazer as grandes perguntas, sobre Deus e o Diabo, sobre a vida e a morte, que irão lançá-lo no plano cósmico, desligando-se de sua vida terrena. É agradável ao leitor representar-se como um ser voltado para a metafísica, ao invés de voltar-se para a análise de suas condições reais de existência.

---

resposta se facilita. É ele o conector por excelência. Nomeador do universal por meio de uma formulação entretanto concreta, referida ao particularizado, o provérbio funciona como o elo que reúne o contingente, o destino individual, e o território das perguntas irrespondíveis. LIMA, Luis Costa. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. In: *A metamorfose do silêncio*. Op. cit., p. 38.

46. SODRÉ, Muniz. *Teoria da literatura de massa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 38-39, 1978.

O discurso de Riobaldo cumpre sua tarefa de dar uma resposta ao leitor, suprimindo-lhe também possíveis perguntas, de lhe dar uma «verdade», uma vez que é natural que o homem, debatendo-se entre o Bem e o Mal, possa escolher o Bem, e assim reafirmar sua própria divindade, uma vez que nos primórdios participou da essência de Deus. O leitor, em relação ao discurso de Riobaldo, é como Narciso à beira da fonte, extasiado com a própria beleza, apaixonado por sua perfeição. O discurso de Riobaldo vai, também, centrar o leitor, constituindo-o também como sujeito, dando-lhe a resposta que ele queria ouvir, pois «a comunidade não pergunta senão o que pode responder»,<sup>47</sup> ou seja, o senso comum, a crença comunal, fundadores da estabilidade social. Se o leitor se porta como Narciso, porta-se também como Eco, ouvindo apenas aquilo que disse, a resposta implícita e permitida, praticando o seu reconhecimento/desconhecimento, a sua travessia ideológica.

Riobaldo's speech in *Grande Sertão: Veredas* of João Guimarães Rosa can be considered ideological when analyzed from the proverbial and mythical point of view.

---

47. LIMA, Luís Costa. Mito e provérbio em Guimarães Rosa. In: *A metamorfose do silêncio*. Op. cit., p. 56.